

EDITORIAL

Criações Curriculares a partir de Epistemologias Negras

Em 2003, foi publicada a Lei Nº 10.639 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Vinte anos após a publicação e considerando as muitas criações cotidianas nos currículos tecidas a partir da Lei, se faz necessária uma ampla reflexão a partir dos novos mapas desenhados por ela. Atualmente, não são raros os debates que abordam as temáticas raciais nos diversos espaços educativos emergindo como gritos de uma população que historicamente foi produzida como inexistente nos livros didáticos e paradidáticos, nos programas das disciplinas, nos projetos pedagógicos, enfim, nos muitos e diferentes contextos de criação curricular.

Tal como nos mobilizou Adichie (2009) ao elencar os perigos de uma história única, compreendemos a publicação da Lei 10.639 não apenas como um alerta para o cerceamento histórico dos debates raciais nas políticas práticas educativas, mas também como uma abertura de outros possíveis no campo do currículo. A implementação da Lei vem sendo fundamental para que a população negra possa se ler de outras formas nos espaçotempos de educação. Hoje, já sabemos os perigos de um currículo único.

Buscamos neste Dossiê, agora com um segundo volume, colocar em conversação diferentes criações tecidas a partir da implementação da Lei 10.639, vislumbrando compor uma constelação de artigos que orientem para outros possíveis, referenciados por e referenciando epistemologias negras. Nos cotidianos escolares e para além deles, muitas são as redes de sujeitos que se desafiam na construção de modos outros de ser, estar, se relacionar, educar e viver, os quais afirmam a negritude como potência de existência, como força e riqueza ancestrais afirmativas do povo negro.

Está lançado o convite! Que possamos partilhar e comungar redes de fazeres-saberes e seus diversos conhecimentos multidisciplinares sobre/com as culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas. Seguir pensando e conversando acerca de práticas antirracistas é urgente. É muito grave que crianças negras não tenham a oportunidade de construir imagens positivas e afirmativas do ser e estar sendo negros no mundo, que não reconheçam, na escola, a beleza existente nos traços de sua família, de sua ancestralidade! É



muito triste também pensar que as crianças brancas não se veem racializadas e detentoras de alguns privilégios em uma sociedade racista.

Quantas crianças negras se esfregam com força na hora do banho, até doer a pele, para ficarem mais claras? Onde aprendem que está mal ser negra? Que há que embranquecer? Até quando? Por quê? Quantas crianças negras ainda precisarão ser aviltadas, insultadas, agredidas para percebermos a centralidade das discussões étnico-raciais no currículo? Em uma sociedade em que não existe pela alva, mas alvo, falar de raça/corno no currículo é necessidade histórica, cultural e social! Para ontem! Por que as vozes negras não povoam nossas ementas, programas, disciplinas, propostas curriculares?

Uma pergunta incômoda podemos fazer a nós mesmos a partir do reconhecimento necessário de que não se trata de perguntar se somos racistas, mas de onde guardamos nosso racismo (KILOMBA, 2019): não há pensadores/ase pesquisadores/as negros/as que falem de currículo, metodologia, narrativa, epistemologia, educação e tantos outros temas que possamos imaginar? Como podemos deslocar nossos olhares, ampliar nossas leituras de mundo e pluralizar nossas interpretações?

Allan Rodrigues (UFRJ/UNESA), Patrícia
Baroni (UFRJ) & Rafael Honorato (UEPB)
(Orgs.)